



União Europeia  
Política Regional

# pt info regio panorama

7

Junho de 2002

## Entrevista

Xavier Gizard,  
secretário-geral da  
Conferência das Regiões  
Periféricas e Marítimas

## Cooperação

Espaço Atlântico

Descoberta  
de um país

Dinamarca

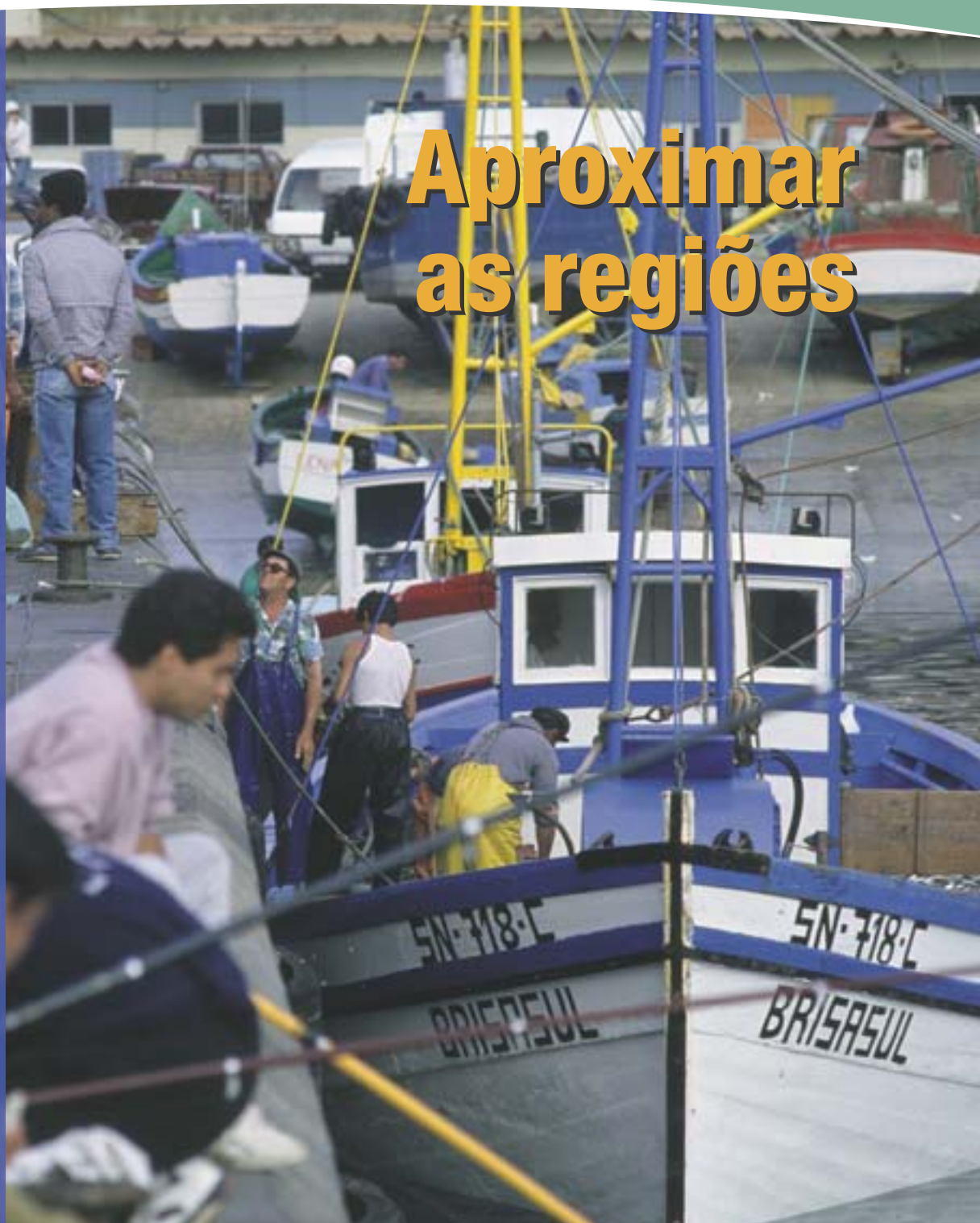
Descoberta  
de uma região

Flevoland

## Em foco

Inglaterra:  
As Agências de  
Desenvolvimento  
Regional

# Aproximar as regiões





**A CRPM é um parceiro de longa data da política regional comunitária. Quais foram as bases da sua criação em 1973?**

Os 23 membros fundadores, oriundos da «pequena Europa» de então, tiveram duas assinaláveis intuições. Primeiro, a convicção de que, com o desenvolvimento da construção europeia, o nível regional teria, cada vez mais, um papel importante a desempenhar. Segundo, a convicção de que os nossos cidadãos não se sentiriam parceiros de uma futura Comunidade Europeia, se uma política de coesão territorial não lhes desse a sensação de oportunidades equilibradas de desenvolvimento para todos os territórios.

**Porquê associar «periférico» e «marítimo»? O que há de comum entre o Oeste da França e a fronteira oriental da Hungria, por exemplo?**

Porque a Europa é, estruturalmente, assim configurada. O Relatório sobre a Coesão mostra que se mantém assim até aos nossos dias. A união das duas palavras foi forjada na época da Europa dos Nove e não foi abalada pelo alargamento aos Quinze. Nessa Europa, da Finlândia à Grécia, verifica-se um duplo fenómeno: a repartição da população é estável desde o século XVI entre, por um lado, uma parte central (por vezes baptizada «banana azul», outras vezes «Europa das Capitais») e, por outro, as regiões litorais. Cada um destes conjuntos representa cerca de 40% da população da União. A forte concentração dos centros de decisão políticos, económicos, financeiros e científicos na parte central põe o «outro conjunto» periférico numa situação de inferioridade em termos de oportunidades de desenvolvimento. Com o próximo alargamento, abre-se uma nova frente de periferias para Este, não marítimas em alguns casos. Este aspecto continental, que em alguns países só existe parcialmente, como é o caso da Polónia, da Roménia

e da Bulgária persistirá, no futuro, para os Estados bálticos ou a Turquia.

**Quais são os problemas específicos recorrentes destas regiões?**

As análises da Comissão Europeia, bem como os nossos próprios trabalhos têm-nos evidenciado de uma forma clara. São problemas de dois tipos: problemas de competitividade das suas economias, derivados de insuficiências nos domínios das acessibilidades, do binómio educação-formação, da capacidade de inovação e de investigação, de funções urbanas superiores; são igualmente, como o indicou o Programa de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, adoptado em 1999 pelos 15 Estados-Membros, problemas derivados de uma promoção insuficiente de novos focos de prosperidade e de competitividade situados para lá do centro da União, nas fachadas marítimas do mar Báltico, mar do Norte, Atlântico, Mediterrâneo e mar Negro. Por outro lado, há que cuidar dos espaços com condicionantes físicas específicas como, por exemplo, as regiões insulares, as regiões ultraperiféricas, as zonas de montanha ou os espaços de baixa densidade populacional.

## Sumário

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG da Política Regional

Esta revista está disponível em 11 línguas da União Europeia e na página Internet [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm)  
É impressa em 5 línguas (FR, EN, DE, ES, IT) em papel reciclado.  
Os textos desta publicação não têm valor legal.

Jornalismo: Jean-Luc Janot / AEIDL  
Fotografia (páginas): CRPM (2), Mike St Maur Shield (5), Peter Schlüter (9), Lisa Clement (7), Provincie Flevoland (11), Sout West RDA (12, 13), Netwin (14)

Capa: Mike St Maur Shield



**Face a estes problemas, acha que a política regional europeia está a evoluir conforme esperava?**

Sim. Primeiro porque esta política foi criada dois anos após o nascimento da CRPM, através da criação do FEDER, e depois porque este instrumento teve um desenvolvimento considerável com a adesão da península Ibérica à União. Desde então, terão passado, em 2006, 20 anos de um esforço aturado do qual se vêem agora os frutos, mesmo que muito ainda falte fazer. A convergência real das economias é mais visível entre Estados do que numa análise à escala regional. Neste aspecto, é de lamentar que o esforço a favor das regiões da União dos Quinze tenha abrandado com o compromisso de Berlim de 1999. É preciso, também, sublinhar que a maior parte das vezes, as políticas sectoriais da União (transportes, investigação, agricultura, direito à concorrência e ajudas do Estado) não contribuíram em nada para o objectivo de coesão.

**Pela diversidade das regiões que representa, o senhor encontra-se no âmago do debate sobre o futuro da coesão. Como consegue, na Conferência, conciliar as expectativas das regiões desfavorecidas da União e as dos países candidatos à adesão, em termos de repartição das ajudas, por exemplo?**

Eu já disse que o fazemos com base numa constatação de desigualdade estrutural de oportunidades de desenvolvimento entre a parte central da Europa e o conjunto das suas periferias, sejam estas mais ricas ou mais pobres. Desde o início dos nossos trabalhos sobre o futuro da coesão, nunca foi contestado por parte das regiões da actual União, o facto das regiões dos futuros Estados-Membros

deverem beneficiar, em pé de igualdade, da solidariedade desenvolvida através da política regional desde há 15 anos para cá. É comum a todas o desejo de um reequilíbrio profundo dos factores de competitividade, ao serviço de um desenvolvimento mais policêntrico do território europeu. Pensamos que com os alargamentos são necessárias políticas mais ambiciosas e dotadas de mais meios.

**Como é que a CRPM vê o futuro da política regional no horizonte de 2007?**

Como uma manifestação da vontade dos Estados-Membros de reforçar a coesão interna da União. A nosso ver, isto implica cinco orientações:

- a continuação, segundo as mesmas bases, de uma política a favor das regiões em atraso de desenvolvimento;
- um objectivo n.º 2 profundamente reformulado abrangendo todas as outras regiões — com uma diminuição da contribuição europeia em função do nível de problemas de cada uma delas — para remediar esta ou aquela dificuldade de competitividade. Isto paralelamente ao desaparecimento de zonas infra-regionais;
- o reforço da cooperação inter-regional a fim de contribuir para a afirmação das grandes bacias marítimas da Europa como focos de um continente policêntrico;
- um montante financeiro significativamente superior aos actuais 0,45% do produto interno bruto da União;
- políticas sectoriais que contribuam efectivamente para o objectivo de coesão territorial, em vez de o contrariarem.

**Uma rede de cooperação pioneira**

Com as suas 145 regiões de 25 Estados — membros ou não da União Europeia —, a CRPM trabalha há mais de 30 anos no desenvolvimento da cooperação inter-regional na (e para lá da) Europa.

Dotada de um estatuto associativo e com recursos provenientes das cotizações dos seus membros, a CRPM exerce uma actividade simultaneamente política e operacional:

- sensibiliza as instituições europeias para terem em linha de conta as especificidades dos territórios na elaboração das políticas e da legislação europeias;
- analisa as grandes questões do momento na União Europeia;
- contribui para a emergência de parcerias, para a montagem de projectos e para a colocação em rede dos territórios.

As regiões membros da CRPM estão repartidas em 7 comissões geográficas (Arco Atlântico, Balcãs, Ilhas, Intermediterrânica, mar Báltico, mar do Norte, mar Negro), que participam nos programas de cooperação inter-regionais transnacionais europeus e realizam acções e projectos em variados domínios: investigação e transferência de tecnologia, transportes e infra-estruturas de comunicação, turismo, ambiente, pesca e aquacultura, desenvolvimento das empresas, cultura e identidade, etc.

**Contacto:**

CRPM

6 rue Saint-Martin, F-35700 Rennes.

Tel.: (33) 299 35 40 50

Fax: (33) 299 35 09 19

E-mail: [secretariat@crpm.org](mailto:secretariat@crpm.org)

Web: <http://www.crpm.org/>



8



**Dinamarca —** Questões colocadas ao ministro da Economia e Indústria da Dinamarca, Bendt Bendtsen

10



**Flevoland —** Acompanhar a mais jovem região da Europa

12



**Inglaterra —** As «Agências de Desenvolvimento Regional»

14



**Netwin —** Uma metodologia para as redes locais de empresas



# Cooperação

## Interreg Espaço Atlântico

### Ventos de Oeste sobre a «banana azul»

A Comissão Europeia aprovou recentemente um importante programa Interreg IIIB para fomentar a coesão e o desenvolvimento da fachada atlântica da União Europeia.

Da Escócia à Andaluzia, a área de cooperação «Espaço Atlântico» representa um território de 856 420 km<sup>2</sup> e uma população de 71,1 milhões de habitantes. Periférica, esta vasta zona tem ainda um nível de desenvolvimento e de integração económica relativamente frágil, em comparação com a «banana azul», o centro económico da Europa que se estende de Milão a Londres.

Apesar da heterogeneidade deste território, diferentes traços comuns (geográficos, históricos e culturais) conferem ao Espaço Atlântico uma certa unidade e um conjunto de trunfos que esta cooperação vai procurar desenvolver, nomeadamente:

- um espírito empreendedor e meios inovadores na maioria das regiões em questão;
- a manutenção de uma cultura organizada em torno de actividades marítimas (cerca de 190 portos comerciais), permitindo assegurar os fluxos de mercadorias nos territórios periféricos e a ligação com as grandes capitais europeias;
- uma grande diversidade ambiental, repartida em zonas húmidas, montanhosas e florestais;



- um leque extremamente diversificado de recursos turísticos e recreativos;
- uma identidade cultural «oceânica», predominantemente céltica, representando um património rico a valorizar.

#### Coerência e coesão

O programa Interreg IIIB Espaço Atlântico disporá, até 2006, de um orçamento total de 204 milhões de euros, sendo 119 milhões financiados pela União Europeia. Tem por principais objectivos favorecer a coerência e a coesão, melhorar a competitividade económica e a eficácia do Espaço Atlântico de modo a superar as deficiências da sua situação geográfica, procurar formas de desenvolvimento sustentável através de estratégias e desenvolvimentos territoriais integrados, e harmonizar os objectivos sociais, económicos e ambientais assegurando a preservação e a valorização dos valores culturais, históricos e ambientais.

Foram definidas quatro prioridades pelos Estados-Membros e pelas regiões que participam no programa:

- Estruturação territorial e desenvolvimento de pólos de competência — Os projectos financiados podem estar ligados à criação de redes urbanas, a acções de desenvolvimento rural, a estudos territoriais bem como a qualquer acção de parceria que permita reforçar a competitividade do Espaço Atlântico em matéria de inovação tecnológica e de investigação.
- Optimização das redes e dos sistemas de transporte e melhoria do acesso às tecnologias de informação e de comunicação (TIC) — Os projectos podem consistir em acções-piloto susceptíveis de favorecer a intermodalidade dos transportes (marítimos-ferroviários-aéreos) e o aumento da segurança marítima. Serão incentivadas acções de sensibilização e de promoção das TIC junto da população e das empresas.
- Protecção do ambiente e dos recursos naturais, gestão integrada das zonas costeiras e dos estuários, protecção das zonas húmidas, gestão duradoura das actividades económicas — Os projectos podem incluir parcerias transnacionais de preservação dos habitats e de exploração razoável dos recursos específicos do território, de prevenção das poluições, bem como acções-piloto e intercâmbios de experiência em matéria de desenvolvimento económico sustentável.

- Valorização das culturas e do património atlânticos, apoio à criação e promoção de produtos turísticos comuns, promoção económica do Espaço Atlântico dentro e fora da União Europeia.

A gestão do programa Espaço Atlântico foi confiada à região de Poitou-Charentes (França), assistida por um secretariado técnico comum, sediado em Poitiers. Foram igualmente constituídos um Comité de Acompanhamento, um Comité de Gestão e uma Autoridade de Pagamento para assegurar a gestão e a execução transnacional do programa.

**Contacto:**

*Espaço Atlântico/Atlantic Area*

*Secretariado Comum*

*C/o Conseil Régional de Poitou-Charentes*

*15, Rue de l'Ancienne Comédie, BP 575,*

*F-86021 Poitiers CEDEX*

*Tel.: (33) 549 55 76 60/82 54*

*Fax: (33) 549 55 82 55*

*E-mail: [i2cea@cr-poitou-charentes.fr](mailto:i2cea@cr-poitou-charentes.fr)*

*Web: [www.interreg-atlantique.org](http://www.interreg-atlantique.org)*

**Estados e regiões parceiros do «Espaço Atlântico»**

Portugal — Irlanda — Galiza, Astúrias, Cantábria, Navarra, País Basco, Rioja, Castela-Leão, Canárias, Huelva, Cádiz, Sevilha (Espanha) — Aquitânia, Poitou-Charentes, região do Loire, Bretanha, Baixa-Normandia, Alta-Normandia, Limousin, Centro, Sul-Pirinéus (França) — Cumbria, Lancashire, Greater Manchester, Cheshire, Merseyside, Worcestershire & Warwickshire, Avon, Gloucestershire & Wiltshire, Dorset & Somerset, Cornwall & Devon, Staffordshire, Herefordshire, Shropshire, West Midlands, País de Gales, Irlanda do Norte, Highlands & Islands, Escócia do Sudoeste (Reino Unido).



## Prioridades da União para as regiões: «Definir o valor acrescentado comunitário»

O primeiro seminário alargou o debate sobre o futuro da política de coesão.

No segundo Fórum Europeu sobre a Coesão, realizado em 2001, o comissário Michel Barnier declarou que a Comissão organizaria um ou vários seminários dedicados ao acompanhamento das prioridades temáticas da futura política de coesão.

O primeiro destes seminários teve lugar em Bruxelas a 27 e 28 de Maio de 2002. Foram aí debatidas as prioridades geográficas da coesão, nomeadamente as regiões menos desenvolvidas, as questões urbanas, a diversificação das zonas rurais, a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, as regiões em vias de reconversão industrial e as regiões que sofrem de graves dificuldades geográficas e naturais.

Foi definido para cada tema prioritário um campo de intervenção capaz de determinar com precisão as futuras atribuições dos fundos estruturais. Uma das principais apostas da futura reforma da política de coesão diz respeito à

natureza das intervenções dos fundos. Conviria privilegiar, entre outras, as acções dotadas de um «valor acrescentado comunitário» ideal, sem descuidar o estabelecimento de uma repartição nítida das tarefas e das competências entre os níveis comunitário, nacional e local.

Participaram no seminário peritos dos Estados-Membros, dos países candidatos e das regiões e representantes dos parceiros sociais e das instituições europeias.

Aberto por Michel Barnier, o primeiro dia de seminário foi organizado em três grupos de trabalho dedicados, respectivamente, às regiões em atraso de desenvolvimento, à reconversão das regiões e à integração europeia regional. O segundo dia, presidido por Guy Crauser, deu lugar a um amplo debate conjunto, que permitiu aos participantes trocarem os seus pontos de vista e procederem a um exame aprofundado das diferentes opções de implementação da política de coesão após 2006.

## Tyneside (Inglaterra, Reino Unido) Euro Metro

**Em 19 de Abril passado, Neil Kinnock, vice-presidente da Comissão Europeia, inaugurou a extensão do metropolitano de Tyneside até à cidade de Sunderland: 18,5 km de vias e outros equipamentos co-financiados pelo FEDER, num montante de cerca de 24 milhões de euros.**

O comissário Kinnock realçou o impacto económico, social e ambiental do projecto, que permite a 47 000 novos lares utilizarem um meio de transporte rápido, barato e não poluente. A extensão da linha deverá contribuir para descongestionar a circulação automóvel e revitalizar o centro da cidade e as actividades comerciais de Sunderland, atraindo ao mesmo tempo importantes investimentos adicionais. Ao melhorar o acesso ao emprego e à formação de grupos desfavorecidos, a infra-estrutura deverá igualmente constituir um benefício para a Universidade de Sunderland, agora servida por duas novas estações. Além disso, o metropolitano liga agora directamente Sunderland ao importante eixo ferroviário Londres-Edimburgo e ao aeroporto internacional de Newcastle.

Há muito que Sunderland esperava esta ligação, que completa o metropolitano de Tyneside, conjunto urbano de mais de 830 000 habitantes. Os trabalhos duraram dois anos e custaram 160 milhões de euros, mobilizados por uma parceria público-privada.

Fruto de uma estreita colaboração entre os poderes públicos regionais, nacionais e europeus, a extensão do metropolitano de Tyneside inscreve-se num conjunto mais vasto de operações de reconversão regional executadas no âmbito do objectivo n.º 2 e de outras intervenções comunitárias. É a mais importante intervenção financeira do FEDER na Inglaterra para um só projecto: cerca de 24 milhões de euros.

Esta contribuição europeia é amplamente valorizada por uma campanha de promoção europeia e por uma



composição pintada com as cores da União, que circulará durante um ano na nova linha (fotografia).



O comissário Neil Kinnock na inauguração do metropolitano de Sunderland decorado com as cores europeias

## Apresente os seus projectos na nova página Internet Inforegio

A nova página Internet Inforegio ([http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_fr.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm)) permite consultar, por país e por tema, uma base de dados contendo cerca de 500 exemplos de projectos de desenvolvimento económico ou social apoiados pelos fundos estruturais e de Coesão. Um questionário em linha permite ainda incluir informações sobre novos projectos interessantes para serem integradas na base de dados. Não hesite em apresentar os seus projectos no seguinte endereço Internet: [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/projects/stories/index\\_fr.cfm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/projects/stories/index_fr.cfm).



# Descoberta de um país

## Dinamarca: «cabeça-de-ponte»

**Ao co-financiar o programa objectivo n.º 2, a União Europeia participa activamente no desenvolvimento de dez regiões dinamarquesas.**

Hoje, mais do que nunca porta de entrada da Escandinávia depois da construção da ponte do Øresund que a liga directamente à Suécia, a Dinamarca é um país plano, completamente voltado para o mar do Norte e o Báltico. Os seus 7 000 km de costa e mais de 400 ilhas, das quais apenas 100 são habitadas, fazem da Dinamarca um país disperso em pequenos territórios separados pela água, mas frequentemente interligados por pontes, túneis e serviços regulares de embarcações. Não há nenhum lugar na Dinamarca a mais de 50 km do mar.

O poder económico da Dinamarca não tem nada a ver com a sua situação geográfica ligeiramente descentrada. Neste país, por muito tempo privado de matérias-primas, a agricultura e a pesca estão na origem do esforço industrial: desenvolvido desde o início do século XIX, o sector agro-alimentar representa, ainda hoje, um terço do volume de negócios da produção industrial. A metalurgia assegura outro terço. Com efeito, na Dinamarca, as actividades de transformação são extremamente diversificadas e, desde máquinas-ferramenta até aos brinquedos, passando pela electrónica e pelos produtos farmacêuticos, está representada em quase todos os sectores. Dominada pelas pequenas e médias empresas, a indústria emprega 25% da população activa.

Concentradas inicialmente à volta da capital, Copenhaga, as actividades industriais disseminaram-se pelo resto do país, nomeadamente na costa oriental da Jutlândia. O sector terciário, favorecido pelo papel de «cabeça-de-ponte» que a Dinamarca desempenha na Escandinávia, desenvolveu-se consideravelmente e emprega hoje cerca de 70% da população activa.

A balança comercial é excedentária há várias anos e a exploração dos jazigos de petróleo no mar do Norte tornaram a Dinamarca praticamente auto-suficiente em petróleo e gás natural.

### Uma tradição de democracia local

As constituições de 1849, 1866, 1915 e 1953 forjaram pouco a pouco a imagem da Dinamarca actual: uma democracia tolerante proporcionando aos seus cidadãos um dos níveis de vida mais elevados e um dos sistemas de protecção social mais completos do mundo.

O Estado é relativamente centralizado, embora as administrações locais executem numerosas tarefas e possam lançar impostos para um montante de aproximadamente dois terços das despesas públicas dinamarquesas. Os 14 departamentos («amter») gerem as vias rodoviárias e as ligações de ferries, os hospitais, os estabelecimentos escolares de ensino secundário bem como determinados aspectos dos serviços sociais e do ensino. Os 275 municípios («kommuner») são responsáveis pelas escolas primárias, pela segurança social, pelo saneamento local, pelas bibliotecas, etc.

O dispositivo de transferência financeira mais importante é o «bloktilskud». O montante desta comparticipação paga pelo Estado às autarquias locais é determinado por critérios de redistribuição destinados a eliminar as disparidades entre as zonas ricas e as zonas menos favorecidas do país.

### Objectivo n.º 2: continuar a reduzir a diferença

Ao co-financiar o programa objectivo n.º 2 dinamarquês, a União Europeia participa activamente no desenvolvimento das regiões de Bornholm, Lolland, Falster, Møn, Nordjylland, Viborg, Århus, Ringkøbing, Sønderjylland e Sydfyn. Os financiamentos elevam-se a 617 milhões de euros, dos quais 189 milhões vêm da União Europeia.

A população das regiões elegíveis totaliza 537 718 habitantes, ou seja, 10,2% da população dinamarquesa. A taxa média de desemprego nas regiões do objectivo n.º 2 era de 8,1% em 1999, contra os 5,8% do conjunto do país. As regiões elegíveis estão confrontadas com



problemas ambientais específicos (territórios vulneráveis, pequenas cidades com recursos limitados em água doce, etc.). Estas regiões caracterizam-se igualmente por um declínio populacional de 1,5% entre 1985 e 1999 ao passo que, a nível nacional, a população aumentou. O emprego no sector primário é superior à média nacional. O emprego no sector de serviços, o rendimento por habitante, o crescimento do emprego e os níveis de educação situam-se todos abaixo da média nacional. Apesar dos problemas estruturais destas regiões, a diferença com o resto do país diminuiu nos últimos dez anos.

Para além das medidas de assistência técnica, o programa de desenvolvimento regional dinamarquês articula-se em três eixos prioritários:

- desenvolvimento das regiões;
- desenvolvimento das empresas;
- desenvolvimento das competências.

O Ministério da Economia e da Indústria é, globalmente, responsável na Dinamarca pelo fundo regional, mas a gestão é exercida pela Agência dinamarquesa para a Indústria e a Habitação (Erhvervs- og Boligstyrelsen).

#### Contacto:

*Erhvervs- og Boligstyrelsen*  
Vejlsøvej 29, DK-8600 Silkeborg  
Tel.: (45) 35 46 60 00  
Fax: (45) 35 46 64 01  
E-mail: [efs@ebst.dk](mailto:efs@ebst.dk)  
Web: [www.ebst.dk](http://www.ebst.dk)



# Questões colocadas a Bendt Bendtsen, ministro da Economia e da Indústria da Dinamarca



## Como define a política para as regiões dinamarquesas menos favorecidas?

A política regional evoluiu consideravelmente na Dinamarca e consiste hoje na promoção do crescimento. Os programas nacionais e europeus lançaram os alicerces de estratégias concretas que criam condições favoráveis ao desenvolvimento do potencial endógeno regional. Passou-se, de certo modo, de uma abordagem destinada a reduzir as assimetrias para um apoio às oportunidades de crescimento em cada uma das regiões.

## Quais são as prioridades da política regional dinamarquesa?

A Dinamarca deve estar na vanguarda quando se trate de pôr em prática novos meios, mais eficazes, para servir o desenvolvimento regional. Penso que uma utilização coordenada dos fundos públicos, orientada para os objectivos definidos, pode fazer com que os numerosos recursos produtivos de que

dispõe a Dinamarca continuem a desenvolver-se para benefício do crescimento regional e do emprego.

O programa nacional «A caminho do crescimento» tem por objectivo lançar iniciativas a longo prazo em numerosos sectores. Incluímos igualmente um plano estratégico nacional ambicioso para um desenvolvimento continuado, que será benéfico para toda a Dinamarca. Paralelamente, constituímos um grupo de trabalho interministerial alargado com a missão de elaborar uma estratégia de desenvolvimento regional.

## Que «valor acrescentado europeu» vê na política regional dinamarquesa? E, reciprocamente, de que maneira a Dinamarca contribui para a política regional europeia?

A Dinamarca recebe, através dos fundos estruturais, ajudas comunitárias para medidas regionais. Mesmo parecendo modestas, as regiões beneficiárias consideram estas ajudas suficientemente elevadas para contribuírem para o seu desenvolvimento.

Gostaria, no entanto, de frisar que esta ajuda envolve «custos», uma vez que a gestão administrativa dos programas mobiliza, por parte das autoridades nacionais e regionais, recursos relativamente importantes em relação aos montantes concedidos.

Por seu lado, a Dinamarca participa activamente na reforma dos fundos estruturais. Foi assim que participámos nas negociações que

levaram às disposições regulamentares actuais e que tocam várias questões centrais, entre as quais, a concentração dos fundos nas regiões mais necessitadas. A isto acresce ainda o nível das ajudas destinadas às empresas, que foi reduzido para limitar distorções de concorrência.

## A Dinamarca vai assumir a presidência da União a partir de Julho de 2002. Qual vai ser o papel da política regional no programa desta presidência?

A Presidência dinamarquesa vai concentrar-se no alargamento da Comunidade. Dez novos países passarão a ter acesso a instrumentos estruturais que os ajudarão a reduzir as disparidades regionais e a liberar o seu potencial, criando as condições de um crescimento que será benéfico para toda a Comunidade. Os países candidatos beneficiarão igualmente da experiência adquirida até à data na utilização destes instrumentos. Nessa perspectiva, a Dinamarca apoiará a Comissão nos seus esforços para analisar e transferir este capital de experiência.

### Superfície

43 100 km<sup>2</sup>

### População (2000)

5 330 000 habitantes

Densidade: 124 hab./km<sup>2</sup> (UE-15: 118 hab./km<sup>2</sup>)

### Economia e emprego

PIB/hab. (1999): 30 694 € (UE-15: 21 258 €)

Índice PIB/hab. PPA (1999): 119 (UE-15: 100)

Taxa de desemprego (2000): 4,7% (UE-15: 8,4%)

### Fundos estruturais

#### Objectivo n.º 2 (zonas com dificuldades estruturais)

UE	Outros fundos públicos	Total
189 MEUR	428 M€	617 M€

# Descoberta de uma região

## Flevoland (Países Baixos) Acompanhar a mais jovem região da Europa

Conquistada ao mar, a mais jovem região da Europa — na verdadeira acepção da palavra — tem um crescimento demográfico exponencial. Equipamentos, serviços e empregos precisam de acompanhar este crescimento. Com o apoio transitório do objectivo n.º 1.

A Este de Amesterdão, Flevoland é um caso excepcional na Europa, e mesmo no mundo: trata-se de um território completamente novo, dado consistir em três polders retirados ao Zuiderzee em plena segunda metade do século XX. Após as importantes inundações de 1916 causadas pela ruptura de um dique, os neerlandeses decidiram secar e ocupar uma grande parte do Zuiderzee. A lei de 14 de Junho de 1918 confiava ao Estado o cuidado de fechar o Zuiderzee com um dique e secar cinco polders para aí instalar agricultores.

O Flevoland é composto por três dos cinco polders assim criados: o Noordoostpolder (48 000 habitantes), seco entre 1936 e 1942 e que está ligado ao continente; o Flevoland-Este (54 000 habitantes), seco de 1950 a 1957, e o Flevoland-Sul (1959-1967, 43 000 habitantes). São ilhas artificiais, cercadas por diques e cuja comunicação com o resto do reino se faz apenas através de pontes. Este conjunto constitui a décima segunda província dos Países Baixos desde 1986.

### Com um aumento de 10 000 habitantes por ano...

O Flevoland está dividido em seis concelhos. Os serviços concentram-se nas recentes aldeias e pequenas cidades. As duas aglomerações mais importantes são Lelystad (60 000 habitantes), que é a capital da Província, e Almere (95 000 habitantes), que detém o recorde de crescimento demográfico dos Países

Baixos (mais de 80 000 habitantes em 16 anos).

O número e a qualidade dos equipamentos são ainda insuficientes e a criação de emprego tem tido dificuldade em responder satisfatoriamente ao forte aumento demográfico: +220% entre 1980 e 1990, o que representa 10 000 recém-chegados por ano nestes últimos anos. Trata-se essencialmente de um fluxo de juventude proveniente de Amesterdão e, de uma forma geral, da Randstad Holland. Com os seus actuais 340 000 habitantes, Flevoland prevê atingir 400 000 habitantes dentro de 10 anos.

### ... o emprego e as actividades têm que acompanhar

Um dos grandes desafios do desenvolvimento é conseguir que a taxa de emprego acompanhe este crescimento demográfico exponencial. Apesar da criação de 15 000 postos de trabalho entre 1994 e 1999 e de uma taxa de desemprego relativamente baixa (4% em 2000), a população de desempregados de longa duração (71%) é uma das mais elevadas da Europa.

Mesmo tendo em conta que cerca de 9 000 pequenas empresas optaram por se instalar em Flevoland, a jovem província enfrenta «crises de crescimento» e um desenvolvimento aos «soluços» que faz dela uma sociedade ainda pouco equilibrada.

O Flevoland foi designado região do objectivo n.º 1 (região beneficiária dos

fundos estruturais para recuperar o seu atraso de desenvolvimento) entre 1994 e 1999. Neste período, a injeção de 150 milhões de euros, no âmbito dos fundos estruturais, induziu investimentos de cerca de mil milhões de euros. Para o período de 2000 a 2006, a União Europeia co-financia o programa objectivo n.º 1 de apoio transitório degressivo na província. A participação dos fundos estruturais representa 126 milhões de euros num orçamento global de 471 milhões. O Estado neerlandês contribui com 14 milhões de euros e a província investe de fundos próprios 25 milhões de euros. Prevê-se, no entanto, que as autoridades, as instituições e as empresas locais possam investir mais de 306 milhões de euros na região. Graças a este esforço, cerca de 5 500 novas empresas poderão vir a instalar-se em Flevoland, criando pelo menos 9 000 empregos, dos quais muitos serão para mulheres.

### O programa definiu quatro eixos prioritários:

- desenvolvimento das zonas urbanas;
- desenvolvimento das zonas rurais;
- reforço das estruturas de produção;
- coesão social e emprego.

#### Contacto:

Provincie Flevoland

Tel.: (31-320) 26 54 83

E-mail: [pme@flevoland.nl](mailto:pme@flevoland.nl)

Web: [www.flevoland.nl/europa](http://www.flevoland.nl/europa)

#### Superfície

1 426 km<sup>2</sup>

#### População (2000)

340 000 habitantes

Densidade: 238 hab./km<sup>2</sup>  
(UE-15: 118 hab./km<sup>2</sup>)

#### Economia e emprego

PIB/hab. (1999): 16 570 €  
(UE-15: 21 258 €)

Índice PIB/hab. PPA (1999):

81 (UE-15: 100)

Taxa de desemprego (2000):  
4% (UE-15: 8,4%)

#### Fundos Estruturais (2000-2006)

##### Objectivo n.º 1, apoio transitório degressivo

UE	Outros fundos públicos	Fundos privados	Total
126 MEUR	39 M€	306 M€	471 M€



## Um mosaico de projectos

**A intervenção dos fundos estruturais em Flevoland, no período de 2000 a 2006, já levou à execução de vários projectos concretos:**

**Acesso das mulheres ao mercado de trabalho**

O programa objectivo n.º 1 apoia acções de formação e de acompanhamento de mulheres desempregadas de longa duração.

**Transportes colectivos sob pedido**

O programa objectivo n.º 1 permitiu lançar uma nova forma de transporte público baseada num pedido e não

num horário. Este dispositivo por pedido permite resolver o problema de isolamento do concelho rural de Dronten.

**Patentes internacionais**

Para ajudar a introduzir os seus produtos nos mercados estrangeiros, o objectivo n.º 1 apoia um instituto de apoio às empresas de Flevoland nos seus pedidos internacionais de patentes.

**Quinta-lar para pessoas com deficiência**

Este projecto Leader+, no concelho de Zeewolde, permite a pessoas com deficiência mental residir e trabalhar

numa quinta especialmente adaptada às suas necessidades.

**Rede de produtores biológicos**

Este projecto Leader+ permitiu a vários agricultores e criadores biológicos de Flevoland agruparem-se, instalando um dispositivo comum de gestão da sua exploração.

**Reciclagem dos resíduos**

Os lixos domésticos e resíduos de plástico transparente (PET) são transformados, mediante uma tecnologia inovadora, num material de alta qualidade, utilizado para o fabrico de garrafas de plástico, entre outras coisas.

## «Geomatics Valley» em Flevoland

**Uma contribuição europeia de 304 000 euros, adicionada a outras subvenções públicas, permitiu ao parque científico e comercial «Geomaticapark» dotar-se de um centro de documentação internacional relativo à observação e às ciências da Terra.**

Situado em Marknesse, no Noordoostpolder, entre o aeroporto nacional e o Ruimtevaart Laboratorium (NLR / Laboratório Aeroespacial Nacional) e o Waterloopkundig Laboratorium (Laboratório Hidráulico), o Geomaticapark alberga dez empresas com actividades no domínio do ordenamento do território e da gestão do ambiente, sob o ângulo da geomática. A sua actividade estende-se desde a investigação até à oferta de produtos e serviços comerciais: teledetecção, tratamento de dados, etc.

Podendo utilizar todos os recursos e competências do NLR, o Geomaticapark pode ser considerado como o «Silicon Valley» da observação geográfica e das ciências da Terra: a presença no mesmo local de empresas com especialidades complementares, coadjuvada por diferentes programas de apoio e projectos comuns, permite otimizar sinergias criadoras de novas funções e actividades.

A concessão de uma ajuda europeia de 304 000 euros à fundação «Geomatics Business Park», gestora do local, permite, a partir de agora, empreender um verdadeiro trabalho em rede, uma vez que equipa este verdadeiro «recanto da geomática» com um centro de documentação internacional que é também um local de encontros, de intercâmbios e de recolha de dados, sendo todos estes elementos propícios ao desenvolvimento de novos serviços e produtos tecnológicos no sector das geociências.



Ao inaugurar oficialmente o centro em Setembro de 2002, o ministro dos Assuntos Económicos assinalará com a sua presença a importância que o Geomaticapark reveste para os Países Baixos e para a Europa.

**Contacto:**

[http://www.geomaticapark.nl/engels/index\\_uk.html](http://www.geomaticapark.nl/engels/index_uk.html)



## Inglaterra (Reino Unido)

# As Agências de Desenvolvimento Regional

**A constituição das Agências de Desenvolvimento Regional («Regional Development Agencies») traduz a vontade do Governo britânico de ter em conta a diversidade geográfica, económica e social da Inglaterra, confiando a execução das políticas regionais a um nível mais próximo do terreno e de acordo com abordagens que encorajam e facilitam a participação dos grupos de interesses locais e a constituição de parcerias.**

Em 1 de Abril de 1999, foram criadas Agências de Desenvolvimento Regional (RDA) em oito regiões inglesas e a nona, em Londres, em 3 de Julho de 2000, na sequência da instauração da Autoridade da Grande Londres (Greater London Authority — GLA).

A coesão e redução das assimetrias nas (e entre as) regiões inglesas são a razão de ser das RDA, cuja missão é coordenar o desenvolvimento e a revitalização económica, facilitando ao mesmo tempo a melhoria da competitividade regional.

Os estatutos das agências prevêem os seguintes objectivos:

- acompanhar o desenvolvimento e a regeneração económicas;
- promover os investimentos bem como a eficácia e a competitividade das empresas;
- favorecer o emprego;
- desenvolver competências profissionais;
- contribuir para o desenvolvimento sustentável.

As agências têm por missões específicas:

- elaborar uma estratégia de desenvolvimento regional;
- fomentar a revitalização regional;
- implementar as políticas económicas nacionais ao nível regional;
- atrair os investidores;
- desenvolver um plano de acção («Skills Action Plan») capaz de assegurar a adequação entre as ofertas de formação e as necessidades do mercado de trabalho;
- gerir as ajudas europeias.

De acordo com os ministérios competentes, (Educação e Emprego, Comércio e Indústria), o Governo britânico decidiu aumentar sensivelmente a autonomia das Agências, confiando-lhes um orçamento global a partir do ano fiscal 2002-2003. Isto permitirá às RDA responderem mais eficazmente às suas prioridades regionais, especialmente quando estas são insatisfatoriamente contempladas pelos programas existentes.



Deputados japoneses em visita ao Tamar Science Park (Noroeste da Inglaterra). As Agências de Desenvolvimento Regional procuram atrair investidores estrangeiros.

# Optimizar a utilização das ajudas europeias: exemplo da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste

A Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste da Inglaterra trabalha com uma grande variedade de organizações locais e regionais, desenvolvendo e animando parcerias estratégicas no âmbito dos diferentes programas europeus que coordena. Trata-se de assegurar que as políticas e ajudas comunitárias beneficiem toda a região e que esta tenha uma imagem e identidade fortes na União Europeia.

Um dos objectivos básicos da RDA é melhorar a competitividade das empresas regionais e maximizar o impacto dos financiamentos europeus, o que se traduz em projectos de infra-estruturas criadores de emprego e em acções de formação susceptíveis de elevar o nível das competências regionais disponíveis. A agência ocupa-se igualmente de importantes apostas das empresas, tais como o desenvolvimento do comércio electrónico, a legislação laboral comunitária, bem como todas as questões ligadas ao euro.

A RDA do Sudoeste trabalha igualmente em estreita colaboração com parceiros locais e regionais para a concretização dos programas de revitalização, por forma a que estes beneficiem as zonas mais necessitadas. A agência é muito activa no campo da informação e de aconselhamento em tudo o que respeita aos programas comunitários dos objectivos n.os 1, 2 e 3 <sup>(1)</sup>. A RDA do Sudoeste está representada em todas as instâncias (comité de acompanhamento, grupos de trabalho, etc.) destes diferentes instrumentos e preside ao grupo de igualdade de oportunidades («Equal Opportunity Group»), que tem por missão facilitar a integração da igualdade de oportunidades nas políticas públicas.

Entre outros sectores de actividade da Agência, podemos citar a implementação de uma Estratégia regional de inovação destinada a desenvolver coerentemente as tecnologias da informação no território. A agência apoia igualmente uma grande variedade de iniciativas europeias no domínio da melhoria das competências, indo das mais básicas às mais sofisticadas. São assim subvencionadas as formações profissionais ministradas pelo Observatório Regional do Sudoeste, bem como outros projectos inovadores apoiados financeiramente por um fundo de desenvolvimento de competências.

<sup>(1)</sup> No período 2000-2006, a região do Sudoeste da Inglaterra beneficia de três objectivos dos fundos estruturais:

- objectivo n.º 1, que abrange a Cornualha e as ilhas Scilly, no extremo Oeste da Inglaterra;
- objectivo n.º 2, que abrange Plymouth, North Devon, South Hams, Torquay, Torridge, West Devon, West Somerset e as partes de Bristol;
- objectivo n.º 3, que abrange toda a região, com excepção da Cornualha e das ilhas Scilly.



A «Casa do Som», projecto conduzido pelo Centro Artístico de Plymouth, é apoiado pela RDA do Sudoeste.

A abertura recente de um escritório de representação em Bruxelas reforça a imagem interna e externa do Sudoeste da Inglaterra e permite-lhe afirmar-se como uma região activa na cena europeia.

## Contacto:

South West of England Regional Development Agency  
Sterling House, Dix's Field, Exeter, Devon, EX1 1QA  
Tel.: (44-1392) 21 47 47  
Fax: (44-1392) 21 48 48  
E-mail: [enquiries@southwestrda.org.uk](mailto:enquiries@southwestrda.org.uk)  
Página Internet: [www.southwestrda.org.uk](http://www.southwestrda.org.uk)



## Netwin: uma metodologia para as redes locais de empresas

Implementado em seis regiões europeias, o projecto Netwin acompanhou, durante três anos, 24 redes de empresas de dimensões e objectivos muito diferentes. A análise destas experiências permitiu estabelecer um conjunto de ferramentas e métodos utilizáveis numa grande variedade de contextos geográficos ou económicos.



Os parceiros Netwin visitam a empresa irlandesa Waldoan Food Limited que, juntamente com 10 outras PME agroalimentares, constituiu a rede local «Roscommon Food Network».

A construção de redes de parcerias entre empresas de um determinado território permite partilhar tarefas e funções, construir uma imagem comum, multiplicar as possibilidades de encontros e de intercâmbio de informação e estruturar uma cadeia produtiva.

Com o orçamento de 3,3 milhões de euros — 70,6% financiados pela União Europeia no âmbito do programa piloto inter-regional Recite II — foi possível a seis Centros Europeus de Empresas e de Inovação (CEEI) elaborar uma metodologia de implementação de uma rede de empresas.

### Da experiência local às ferramentas metodológicas

O objectivo dos parceiros do projecto Netwin era pôr à disposição dos

agentes de desenvolvimento local e dos operadores no terreno (empresários, responsáveis territoriais, etc.) procedimentos e ferramentas susceptíveis de aumentar a eficácia das acções de estabelecimento de redes.

Verdadeiramente empírica, a abordagem escolhida consistiu em acompanhar 24 redes locais e em comparar as experiências dos parceiros inter-regionais em matéria de criação ou de desenvolvimento de redes de empresas. Colaboraram nesta acção mais de 30 organizações e uma equipa de 15 pessoas, incluindo dois coordenadores, repartida pelas seis regiões parceiras. Participaram também nos trabalhos vários peritos europeus, especialistas do ramo.

Os principais parceiros reuniram-se de 3 em 3 meses, para analisarem os progressos do projecto e trabalharem

numa ou outra das ferramentas em curso de elaboração. De 6 em 6 meses eram organizados seminários de 4 dias para os parceiros e os representantes das redes acompanhadas, a fim de elaborarem as diferentes ferramentas. Para além dos contactos telefónicos e de correio electrónico, uma rede extranet permitiu o intercâmbio permanente entre os diferentes intervenientes.

### Guia metodológico

Partindo da experiência adquirida no terreno, os parceiros do projecto construíram um guia metodológico (em forma de classificador e de CD-ROM) compreendendo:

- Um quadro de referência metodológico com um jogo completo de indicadores relativos ao território, às empresas e às suas múltiplas interacções. Estes indicadores permitem descrever e analisar exaustivamente o funcionamento da maioria das redes locais de PME.
- Uma gama de ferramentas prontas para utilização e destinadas a redes emergentes, em crescimento ou já bem estabelecidas:
  - ferramentas de identificação de redes — conselhos e exemplos para a realização de estudos estatísticos ou de documentários, bem como formulários de entrevistas com líderes de opinião regionais, permitindo localizar e caracterizar numa determinada zona geográfica as concentrações de empresas susceptíveis de se constituírem em rede;
  - ferramentas de auditoria — ferramentas que permitem o



estudo aprofundado do estado da rede e a identificação das actividades comuns que possam ser eventualmente desenvolvidas, tendo em conta as necessidades das empresas e as características do território. São propostos formulários de entrevistas com empresários e agentes do desenvolvimento económico local. Estes formulários são acompanhados por fichas de síntese que facilitam a análise dos dados recolhidos;

- ferramentas de avaliação e de reengenharia («re-engineering») — permitem medir o impacto da rede sobre os seus membros e sobre o território e, ao mesmo tempo, definir as actividades a empreender para reforçar a sua dinâmica e a eficácia. Também aqui, os formulários são acompanhados por fichas de síntese;
- ferramentas «transversais» — trata-se de uma lista ilustrada de factores importantes de sucesso e de uma colectânea de estudo de casos que apresentam, em vários contextos, a viabilidade e o interesse das redes, bem como exemplos das ferramentas Netwin.

A metodologia Netwin e as suas ferramentas foram concebidas para uma utilização directa e flexível, a que se podem integrar indicadores específicos, em função da situação local e dos parâmetros económicos e históricos do território em questão. As ferramentas Netwin podem ser utilizadas pelas autoridades autárquicas para concepção e execução das estratégias de desenvolvimento local, por empresas que desejem constituir redes ou ainda por prestadores de serviços específicos, como agências de desenvolvimento ou centros europeus de empresa e inovação.

Foi realizado em Bruxelas, em 13 e 14 de Junho de 2002, um seminário de apresentação da ferramenta Netwin em que participaram numerosos profissionais da área de desenvolvimento local e regional. O guia metodológico está disponível no endereço que segue.

#### Contacto:

*Netwin*

*Aditec — Pas-de-Calais — CEEI*

*Rue de l'Université, Technoparc*

*Futura,*

*F-62400 Béthune*

*Tel.: (33) 321 63 15 15*

*Fax: (33) 321 63 15 16*

*E-mail: [netwin@aditec.org](mailto:netwin@aditec.org)*

*Página Internet: <http://www.aditec.org/site/programs/netwin.htm>*

#### Os seis CEEI e as regiões parceiras:

**Aditec Pas-de-Calais CEEI** — Béthune, Nord Pas-de-Calais (França)

**CEEI da Ática** — Atenas, Ática (Grécia)

**CPINAL** — Centro Promotor de Inovação e Negócios do Algarve — Olhão, Algarve (Portugal)

**Centro Inovador Noribic** — Londonderry, Irlanda do Norte (Reino Unido)

**Westbic & Roscommon County Council** — Roscommon (Irlanda)

**Technopolis CSTA Novus Ortus** — Valenzano (Bari), Puglia (Itália)

## Competitividade e qualidade de vida

Recolha de projectos financiados pelos fundos estruturais no Benelux



Disponível em DE, FR e NL.

## Primeiro relatório intercalar sobre a coesão económica e social



Disponível nas 11 línguas oficiais da União.

# Em linha

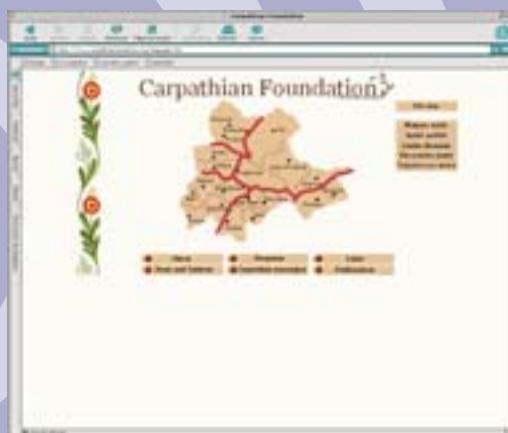


## **www.polis-online.org**

Criada em 1989, Polis é uma rede de 60 cidades e regiões europeias de 16 diferentes países, que cooperam no sector dos transportes urbanos e cujo objectivo é a procura de soluções conjuntas que permitam conjugar a mobilidade, o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Verdadeiro «portal do transporte urbano», com ligações a numerosas organizações activas nesta área, a página Polis é uma mina de informações para os agentes locais e regionais interessados nesta problemática.

## **www.carpathianfoundation.org**

É a página Internet de uma organização muito interessante para quem procura cooperação nos países candidatos da Europa Oriental. Associação transfronteiriça, a Fundação dos Cárpatos apoia, técnica e financeiramente, projectos de desenvolvimento local na confluência de cinco países: Polónia, Eslováquia, Hungria, Roménia e Ucrânia. Esta página Internet é acessível em inglês e nas línguas oficiais de cada um dos países em questão.



## **www.eixoatlantico.com**

A página Internet da região europeia Galiza (Espanha) e Norte de Portugal é um bom exemplo das possibilidades que a Internet pode proporcionar à cooperação inter-regional, em termos de informação, tanto aos cidadãos como aos agentes do desenvolvimento regional. Encontra-se aí toda a documentação institucional pertinente e uma agenda completa, atraente e actualizada, das actividades sociais, culturais, desportivas, etc. organizadas no «canto noroeste» da península Ibérica. Esta página é acessível em galego, espanhol, português e inglês.

## Contactos

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional  
Unidade 01 «Informação e Comunicação»  
Thierry Daman  
41, avenue de Tervuren, B-1040, Bruxelas  
Fax: (32-2) 296 60 03  
regio-info@cec.eu.int  
[http://europa.eu.int/comm/dgs/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm)

Comissário Michel Barnier  
[http://europa.eu.int/comm/commissioners/barnier/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/commissioners/barnier/index_pt.htm)

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia  
[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_fr.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm)

© Comunidades Europeias, 2002  
Reprodução autorizada mediante menção da fonte



Serviço das Publicações Oficiais  
das Comunidades Europeias

L-2985 Luxemburgo